



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências
Sociais – FAJS

Márcio Ramos Quebaud

A emergência de novos atores e suas demandas de
reconhecimento – O caso do Quebec

Brasília
2013

Márcio Ramos Quebaud

A emergência de novos atores e suas demandas de
reconhecimento – O caso do Quebec

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Relações Internacionais
do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB)
Orientadora: Renata de Melo Rosa

Brasília
2013

Márcio Ramos Quebaud

A emergência de novos atores e suas demandas de
reconhecimento – O caso do Quebec

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Relações Internacionais
do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB)
Orientadora: Renata de Melo Rosa

Brasília, 10 de junho de 2013,

Banca examinadora

Prof. Renata de Melo Rosa
Orientadora

Prof. João Paulo Santos Araujo
Examinador

Prof. Raquel Boing Marinucci
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre me mostraram a importância do estudo e nunca mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida;

A todas as pessoas da minha família que contribuíram para a construção de quem sou hoje;

À minha professora Renata de Melo Rosa pela paciência na orientação, por sempre estar disponível e me ajudar ao longo do curso;

A todos os professores do curso de Relações Internacionais do Uniceub, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e na realização desta monografia;

Aos colegas de turma e demais amigos pelo convívio, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

RESUMO

Esta monografia trata da questão separatista, com ênfase para as demandas que emergiram após a dissolução da União Soviética, que são de grande relevância para a compreensão das novas dinâmicas presentes nas Relações Internacionais. À medida que novos atores internacionais se multiplicam vertiginosamente num contexto mundial globalizado, eles contestam a visão estatocêntrica que rege a comunidade internacional.

O presente trabalho tem por objetivo examinar o caso do Quebec, para entender o funcionamento de unidades subnacionais na nova ordem internacional e para analisar a importância de um trabalho político coordenado e dialogado que poderia transformar uma demanda separatista sangrenta e genocida em uma causa de reconhecimento da identidade de um povo.

Palavras chaves: separatismo, estatocentrismo, reconhecimento de identidade, Quebec, unidades subnacionais.

ABSTRACT

This monograph deals with the separatist subject, with emphasis to the demands that emerged after the dissolution of Soviet Union, which have great relevancy for the comprehension of new dynamics presented in the International Relations. Meanwhile the new international players fast multiply in a globalized world context, they contest the state-centered vision that leads the international community.

This present work has by objective to examine the case of Quebec to understand the work of the subnational units in the new international order to analyze the importancy of a coordinated political work and dialogued with that may transform a bloodbath, genocide separatist demand in identity recognition of a population.

Keywords: separatism, state-centered vision, identity recognition, Quebec, subnational units.

RESUME

Ce travail de fin d'études se réfère à la question séparatiste, en mettant l'accent sur les demandes qui ont surgi à l'issue de la dissolution de l'Union Soviétique, d'extrême importance pour la compréhension des nouvelles dynamiques présentes au sein des Relations Internationales. Dans la mesure où de nouveaux acteurs se multiplient vertigineusement dans un contexte global mondialisé, ils contestent la vision étatocentrique qui règne la communauté internationale.

Cette monographie a comme objectif l'examen du cas du Québec, pour comprendre le fonctionnement des unités subnationales du nouvel ordonnancement international et pour analyser l'importance d'un travail politique basé sur la coordination et le dialogue, qui pourrait transformer une demande séparatiste sanglante et génocidaire en une cause de reconnaissance de l'identité d'un peuple.

Mots-clés: séparatisme, étatocentrisme, reconnaissance de l'identité, Québec, unités subnationales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Kosovo, Bósnia e Albânia	22
Figura 2: Mapa da Ossétia do Sul, Chechênia e Abecásia	23
Figura 3: Mapa do Tartaristão	24
Figura 4: Mapa da Transnístria.....	24
Figura 5: Mapa do Alto Carabaque	25
Figura 6: Mapa do Saarauí	25
Figura 7: Mapa do Sudão do Sul	27
Figura 8: Aprovações de novos membros pelo Conselho de Segurança.....	30
Figura 9: Mapa do Canadá, com destaque para o Quebec.....	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. OS DESAFIOS À VISÃO ESTATOCÊNTRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
.....	11
1.1 Abordagem histórica-conceitual-teórica.....	11
1.2 Paradiplomacia	18
2. SEPARATISMO E POLÍTICA DE PRESSÃO.....	21
2.1 Demandas separatistas no mundo pós guerra fria	21
2.2 Caminhos políticos alternativos	28
2.2.1 A autodeterminação dos povos e as contradições do sistema westfaliano	29
2.2.2 Cooperação para a juventude: um caminho alternativo possível	33
3. O CASO DO QUEBEC, SEPARATISMO E RECONHECIMENTO.....	35
3.1 Apresentação do Quebec	36
3.2 Análise cronológica da história do Quebec	38
3.2.1 A nova França (1534 – 1760).....	38
3.2.2 O regime inglês (1760 – 1867).....	39
3.2.3 O Canadá e o Quebec moderno (século XX – dias atuais).....	40
3.3 Escritórios de imigração	43
3.4 Demanda de reconhecimento da identidade quebequense	44
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
OUTRAS REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Em um mundo caracterizado pela cooperação e integração, por blocos econômicos, alianças entre países que trabalham de modo multilateral para obter vantagens compartilhadas e consensuadas, os movimentos separatistas e os debates que eles têm provocado podem soar como uma intenção contrária a essa tendência mundial. Todavia, veremos que a visão realista, de acordo com a qual os Estados soberanos são os únicos atores relevantes das Relações Internacionais, é fortemente contestada por diversos acontecimentos e mudanças que se sucederam ao longo do século XX e prosseguem no século XXI. De fato, a nova ordem internacional aponta para a presença de outros atores não estatais e, conseqüentemente, para novas demandas que se intensificam após o fim da União Soviética e da geopolítica bipolar.

Com o Fim da Guerra Fria, demandas de separação associadas a valores pós-materialistas, como cultura e religião, eclodiram e muitas delas esbarram em um sistema internacional engessado por uma série de contradições e pela falta de diálogo que, em alguns casos, fomentou o terrorismo. Uma vez que a comunidade internacional está fechada para alguns assuntos, propomos um estudo de caso do Quebec para demonstrar a importância do trabalho político em busca de uma solução pacífica.

A relevância do estudo deste caso emblemático está primeiramente no aspecto social, na medida em que a importância do diálogo para a construção da paz mundial atinge diretamente a população e as condições de vida das pessoas. Uma segunda razão, essa especificamente acadêmica, é a proeminência do tema estudado para a compreensão das novas dinâmicas presentes nas Relações Internacionais. Um terceiro e último motivo, que acredito conferir importância à análise é a minha experiência pessoal (como francófono, franco-brasileiro, tendo vivido e tido uma formação acadêmica em ambos os países e estudante de Relações Internacionais), assim como a minha vontade particular de, por meio desta pesquisa, chamar a atenção de grande maioria das pessoas com as quais convivo diariamente e que desconhecem as peculiaridades do Quebec.

Esta monografia é organizada em três capítulos: um primeiro intitulado *Os desafios à visão estatocêntrica das Relações Internacionais* no qual será exibida uma análise histórica da nova ordem internacional e o aparecimento dos novos agentes que surgem como uma crítica à visão estatocêntrica ainda conservada pelas Nações Unidas, especialmente pelo Conselho de Segurança, único órgão do sistema internacional que autoriza o reconhecimento de novos

países. No segundo capítulo, denominado *Separatismo e política de pressão*, buscar-se-á verificar em que medida esses novos atores desorganizam ou não a ordem internacional, a fim de detectar as dificuldades associadas às contradições do sistema westfaliano, que engessam a comunidade internacional e reprimem inúmeras demandas de reconhecimento, apesar de o direito à autodeterminação estar expressamente contido na Carta das Nações Unidas. Na terceira e última parte deste trabalho, será apresentado *O caso do Quebec*, província rica dentro de um país opulento, que expõe significados pós-materialistas, especificamente a cultura e a língua francesa e um sentimento de exclusão e discriminação. Esse exemplo nos mostra ainda que outra solução política é possível por meio de um trabalho coordenado com o governo central de territórios em disputas separatistas.

1. OS DESAFIOS À VISÃO ESTATOCÊNTRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo pretende realizar um debate acerca da reconfiguração das categorias que formam a estrutura da comunidade internacional após o fim da Guerra Fria. Para tal, realizar-se-á uma análise histórica de quatro momentos marcantes ao longo do último século, que denotam uma série de mudanças no cenário internacional. Essas mudanças e transformações apontam para a emergência de novos atores e novas demandas rumo a uma forte contestação da visão estatocêntrica que rege a esfera decisória da política mundial.

Buscar-se-á compreender melhor a questão por meio do diálogo entre as concepções realistas, idealistas, pluralistas e construtivistas das Relações Internacionais. Buscar-se-á igualmente delimitar as diferentes abordagens teórico-conceituais a respeito do tema em estudo apontadas por Marcus Faro de Castro¹ e fundamentando-as a partir de categorias teóricas colocadas por Normal Angell², Edward H. Carr³, Joseph Nye⁴, Clifford Geertz⁵, Max Weber⁶, entre outros.

1.1 Abordagem histórica-conceitual-teórica

De acordo com Marcus Faro de Castro, a Teoria das Relações Internacionais “surge como uma tomada de posição “realista” diante dos fatos da política internacional e da avaliação que diversos políticos e autores à época faziam desses fatos⁷”. Assim, tradicionalmente, o estudo das Relações Internacionais enfatiza a perspectiva Realista, segundo a qual o Estado seria o ator racional, que perseguiria os interesses nacionais e assuntos como o possível uso da força e temas como segurança e disputa de poder estariam no topo da agenda da política internacional.

Todavia, a partir das mudanças ocorridas após a dissolução da União Soviética e a consequente multipolarização do poder mundial, a política internacional passou a contar com

¹ CASTRO, 2001.

² ANGELL, 2002.

³ CARR, 2001.

⁴ NYE, 2009.

⁵ GEERTZ, 2001.

⁶ WEBER, 1991.

⁷ CASTRO, 2001, p. 16.

a emergência de novos atores que não necessariamente representam o Estado. Trata-se de atores como unidades subnacionais (municípios, estados, províncias, departamentos, regiões, etc.), partidos políticos, personalidades ou celebridades, organizações não governamentais (ONGs), agências internacionais, empresas privadas, mídias, milícias armadas e outros agentes que influenciam e exercem pressão nos atores estatais e trazem demandas e reivindicações das mais variadas. O cansaço que cada grupo revela em relação à racionalidade do Estado e suas desastrosas diretrizes de política externa, quase todas voltadas para o uso da força e para a provocação de guerras em lugar de negociação diplomática, de certa forma, deram margem a uma crítica à visão estatocêntrica da política internacional, ainda sustentada pelas Nações Unidas, e indicam a ampla margem de divergência que existe entre a política dos Estados e o interesse dos cidadãos, modificando a percepção comumente aceita nas teorias conservadoras das Relações Internacionais de que seriam os Estados soberanos os únicos atores legitimados a construir a política internacional.

Nesse sentido, podemos enxergar quatro momentos históricos que podem ser considerados fundamentais para o entendimento da nova realidade internacional pós-bipolarização da Guerra Fria.

O primeiro momento, no período entre guerras, é marcado pela Escola Idealista, que segundo Charles Philippe David constituiu o paradigma dominante nessa época⁸. De acordo com o autor, cultivava-se a existência de uma sociedade internacional, eliminavam-se as barreiras econômicas entre os países, buscava-se prevenir as guerras pela constituição de uma paz fundamentada no direito e reduzir os armamentos e, conseqüentemente, o uso da força nas Relações Internacionais. Nesse sentido, podemos citar os Catorze Pontos criados pelo então presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson em seu discurso ao Congresso norte-americano em 1918, que visavam garantir a paz e evitar novos confrontos. A proposta de paz de Wilson baseava-se em aspectos como: uma diplomacia franca e sob os olhos públicos, liberdade absoluta de navegação, igualdade das condições de comércio e redução de armamentos. Dentre as catorze proposições do Presidente Democrata, destacava-se a criação de uma associação geral sob pactos específicos para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados: a Liga das Nações. Assim, através do conceito de governança global, rejeitava-se, à época, mesmo após a 1ª Guerra Mundial, o caráter anárquico das Relações Internacionais. Todavia, esses

⁸ DAVID, 2000, p. 35.

preceitos idealistas foram, no período que Edward Hallett Carr⁹ classificou como “vinte anos de crise”, vistos pelos mais realistas como utópicos, fazendo com que vários membros da comunidade internacional ignorassem esses pontos, sobretudo após a posição anárquica da Alemanha, Itália e Japão, que culminou no advento da Segunda Guerra Mundial e no fim da Sociedade nas Nações.

É importante destacar que o idealismo (ou liberalismo internacional) projetava a política internacional a partir da descrença na racionalidade da guerra. O mundo era herdeiro de grande crescimento econômico, da paz de cem anos ou Concerto Europeu e os cidadãos comuns, em geral, desacreditavam na emergência de guerras. Do ponto de vista filosófico, Norman Angell enfatizava que sua geração era formada ideologicamente por uma geração de pacifistas¹⁰.

Um segundo paradigma passou a surgir em Relações Internacionais a partir do final da Segunda Guerra Mundial, que caracterizou um mundo marcado pelo temor de outro conflito e pela assinatura por mais de 50 países da Carta das Nações Unidas, um compromisso multilateral de resolução de controvérsias de forma pública, dialogada e por meio de consenso, sem excluir o uso da força, em casos excepcionais. Com o avanço da estratégia de colaboração entre os países para o desenvolvimento, a dinâmica das Relações Internacionais sofreu mudanças significativas e a cooperação internacional, embora já aparecesse na Liga das Nações¹¹, ganhou grande destaque nesse período em termos de institucionalização e passou a ser a estrutura base para as Relações Internacionais. Segundo Marcus Faro:

“As potências vencedoras, dando continuidade aos esforços de institucionalização da política internacional do período entre-guerras, desenvolveram um programa de construção de um complexo de organizações internacionais dedicadas a promover a cooperação multilateral em diversas áreas¹²”.

Exemplos como a emergência da Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a Organização Mundial de Saúde – OMS, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Acordo Geral sobre Tarifas e

⁹ CARR, 1939.

¹⁰ ANGELL, 2002, p. 09.

¹¹ Foi criada em 1922 a Organização da Cooperação Intelectual, organismo consultivo da Assembleia e do Conselho da Liga. UNOG Library, disponível em: <http://biblio-archive.unog.ch/detail.aspx?ID=408>, acesso em: 24/05/2013.

¹² CASTRO, 2001, p. 22.

Comércio – GATT demonstram o cenário internacional suscetível à construção de uma política mais voltada ao *soft power*, o que de certa forma contradizia os principais pilares do realismo alicerçados sobre os conceitos de anarquia e uso da força como linguagem política entre os países e termômetro para o posicionamento de poder entre os Estados.

Observa-se, portanto, um movimento político e intelectual que tentava retomar alguns dos pressupostos do idealismo ou liberalismo internacional. Nessa esteira de pensamento, surge o conceito de interdependência complexa trabalhado por Robert Keohane e Joseph Nye¹³, de acordo com a qual existe um conceito idealista que expressa um mundo antirrealista, no qual os três pressupostos básicos do realismo podem ser invertidos:

“Podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) os estados não são os únicos protagonistas importantes – protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras de estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento importante – a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais são os instrumentos dominantes; 3) a segurança não é a meta dominante – a guerra é a meta dominante¹⁴”.

Segundo Marcus Faro, Keohane e Nye opõem a interdependência complexa ao conceito realista de poder¹⁵. Esse conceito refletiria uma contraposição à visão do mundo adotada pelos realistas. O *soft power* que se realiza pela interdependência complexa, se caracteriza por apresentar “múltiplos canais” de diálogo entre as sociedades, ou seja, outros atores além do Estado, ausência de hierarquia entre as diferentes questões da agenda internacional como segurança, economia e tecnologia e irrelevância do uso da força militar em algumas situações¹⁶. Os autores referem-se a uma interdependência institucional, democrática e econômica, que são variáveis mais determinantes que o aspecto militar para a construção da paz. Nye ainda afirma que tanto o realismo quanto a interdependência complexa não se encaixam perfeitamente no mundo real, já que este se situa em algum ponto entre os dois¹⁷.

Um terceiro momento de reflexão teórica das Relações Internacionais aparece no final dos anos 1960 e início da década de 1970, mais precisamente com o fim da Guerra do Vietnã e a conseqüente derrota dos Estados Unidos, já detentores de uma potência militar muito

¹³ NYE, 2009.

¹⁴ Idem, p. 265.

¹⁵ CASTRO, 2001, p. 25.

¹⁶ Idem, p. 24

¹⁷ NYE, 2009, p. 265.

superior à bem menos poderosa República do Vietnã e seu exército de *vietcongs*, sob forte contestação da opinião pública americana em relação à guerra. Como explicar, do ponto de vista dos pilares mais caros do realismo, que o Estado militarmente mais forte não foi vencedor de uma guerra? Além da crítica metodológica ao realismo, observou-se um movimento de distintas sociedades civis em diversas partes do mundo de forte contestação e saturação do Estado, o qual não seria mais representativo na medida em que frustrava o interesse de sua população. Esses anos também foram marcados pela crise do petróleo e pela desaceleração da corrida armamentista, por conta da implementação da *Détente* por Estados Unidos e União Soviética, evidenciando o medo de mais uma guerra, dessa vez com utilização de armas nucleares de maiores proporções, o que poderia ocasionar consequências ainda mais desastrosas. Outro fato marcante diz respeito à Crise dos Mísseis, considerada a mais grave e tensa de todas as crises no período da Guerra Fria. Segundo Carlos Federico Dominguez Ávila¹⁸, trata-se de uma sequência de acontecimentos que ocorreram a partir de outubro de 1962, quando a Rússia, em território cubano, apontou em direção dos Estados Unidos 42 mísseis de alcance intermediário com ogivas nucleares dez vezes mais potentes que as de Hiroshima. Esse colapso quase levou as duas potências dominantes à época a uma guerra nuclear e ao eventual extermínio da humanidade.

Ainda nesse período, Marcus Faro aponta para a presença de novos atores não estatais como empresas privadas, igrejas e organizações não governamentais nos processos da política e da economia internacionais modificando mais ainda a realidade¹⁹. Com a forte onda de descolonização que marcou a década de 1960 e o período de libertação nacional do continente africano e do sudeste asiático em plena Guerra Fria, os novos atores do sistema internacional, Estados recém-chegados à ordem bipolar, um questionamento significativo ocorreu em função da exigência dos alinhamentos automáticos pelas duas grandes potências da Guerra Fria: EUA e URSS.

O chamado Movimento dos Países Não Alinhados, cujos encontros ocorrem até hoje, também revelou a insatisfação destes novos atores que, embora reconhecidos rapidamente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como Estados Soberanos, carregavam um forte potencial e crítica à ordem bipolar existente à época. Esse movimento, que teve sua

¹⁸ Ver ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. “A crise dos mísseis soviéticos em Cuba foi o momento mais perigoso da Guerra Fria”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/ensaio-geral-do-fim>, acesso em: 24/05/2013.

¹⁹ CASTRO, 2001, p. 23.

origem na Conferência Ásia-África realizada em Bandung-Indonésia em 1955, trouxe como principal questionamento o direito à soberania e à autodeterminação dos povos e propunha uma forma alternativa de se conduzir politicamente as relações entre os Estados. Tratava-se de um grupo que, a princípio, manteria uma posição não associada a nenhum dos grandes blocos ideológicos da Guerra Fria e que buscava, entre outros objetivos, o desarmamento total, a paz duradoura, o combate à pobreza, o desenvolvimento econômico e o apoio às lutas nacionais pela independência. Todavia, vale questionar sua validade na contemporaneidade, haja vista que ele surgiu num mundo bipolarizado e que não se configura mais na atualidade²⁰.

Um quarto e último período é indicado por Bueno²¹ e diz respeito ao mundo pós União Soviética, um mundo contemporâneo, globalizado e caracterizado pela emergência de atores não estatais, em especial unidades subnacionais. Segundo o autor, foi com o fim da Guerra Fria que as relações internacionais ganharam contornos atuais, com a consolidação da ideologia democrática, do modelo capitalista de produção e do liberalismo internacional. Ele atesta ainda que esse período é repleto de incertezas provocadas por um novo “modo de interação dos fluxos globais”²², não mais alicerçados em assuntos militares, mas na cooperação/competição e em temas econômicos e caracteriza-se ainda pela construção de uma nova agenda internacional, de uma nova diplomacia cada vez mais diversificada e a partir da qual algumas questões econômicas, sociais e ambientais ultrapassam fronteiras.

Com as dificuldades que os modelos teóricos vigentes nas Relações Internacionais encontram para explicar o fim da Guerra Fria e a nova realidade internacional (por exemplo, a cooperação entre USA e URSS durante a Guerra do Golfo, liderada pelo presidente Bush contra o Iraque em 1991²³), se faziam necessários novos referenciais teóricos, afinal, o descontentamento com os Estados era evidente. O mundo assistia ao renascimento de identidades culturais, étnicas, nacionais, etc. com grande destaque para as tradições religiosas como o islamismo e o judaísmo. Assim, observava-se a um novo modelo político que envolvia menos força militar e mais intervenções humanitárias de *peace building* e *peace keeping* da ONU²⁴. Desta forma, surge a perspectiva construtivista das Relações Internacionais, que considera os interesses como socialmente construídos, ou seja, não há uma

²⁰ RUY, 2007, p. 55.

²¹ BUENO, 2011, p. 8.

²² Ibidem.

²³ CASTRO, 2001, p. 42.

²⁴ Idem, p. 44.

realidade objetiva à disposição dos atores internacionais, tampouco uma verdade a ser buscada pelos teóricos de R.I, tendo em vista que tudo na realidade é subjetivo e os interesses são contextuais. Referente à importância da interpretação a partir da subjetividade na construção do conhecimento, Clifford Geertz cita que “é preciso aprender o global através de exemplos, diferenças, variações, particularidades – aos pouquinhos caso a caso. Num mundo estilhaçado, devemos examinar os estilhaços”.²⁵ Tendo a premissa de que correntes teóricas são fruto de momentos históricos e dependem da interpretação do contexto, os construtivistas buscarão explicar as mudanças de interesse por parte dos Estados.

A importância desses novos atores também é objeto de estudo do construtivismo e ganha força com os eventos ocorridos em Seattle. Os protestos, em novembro de 1999, durante a Terceira Reunião Ministerial da OMC, mostraram que a sociedade civil mobilizada também pode construir a política internacional. Ainda nesse sentido, temos o surgimento do Fórum Social Mundial – FSM, um espaço aberto para o debate, troca de ideias e elaboração de projetos que tem por objetivo promover encontros entre movimentos sociais (ONGs, associações, etc.) para tratar dos principais temas de interesse internacional concernentes à sociedade civil. Tendo sua primeira edição em Porto Alegre em 2001, esse evento se apresenta como uma alternativa social ao Fórum Econômico Mundial – FEM, que ocorre anualmente em Davos, Suíça²⁶.

Portanto, a história recente das Relações Internacionais aponta para um conjunto de transformações e mudanças sócio-políticas, para o surgimento de novas demandas e para o crescente envolvimento internacional de novos atores. A intensificação da cooperação, da descentralização, da globalização, de diversas propostas de integração, bem como a abertura dos mercados, os tratados de livre comércio, a competição econômica, os avanços tecnológicos e os incessantes fluxos migratórios mundiais evidenciam uma série de transformações dentro de uma nova ordem internacional e a importância da possível projeção internacional comercial e política de atores não centrais.

²⁵ GEERTZ, 2001, p. 193.

²⁶ Site do Fórum Social Mundial, disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>, acesso em: 24/05/2013.

1.2 Paradiplomacia

Nesse contexto, podemos apresentar o conceito de paradiplomacia, um fenômeno que vem surgindo nas Relações Internacionais, de grande relevância para a compreensão das novas dinâmicas presentes no cenário atual. Também conhecida como cooperação internacional descentralizada, ou diplomacia federativa²⁷, a paradiplomacia indica a atuação internacional de unidades subestatais ou subnacionais e visa o desenvolvimento econômico, cultural e social local.

Embora muitas unidades subnacionais não sejam reconhecidas oficialmente, tampouco sejam legitimadas pelo direito internacional público a celebrar tratados e desenvolver negociações internacionais ou possuam respaldo jurídico em suas constituições e legislações internas, elas procuram trabalhar politicamente, abrindo escritórios e representações locais em vários países, ganhando projeção internacional. A prova disso é a crescente participação dessas unidades em redes de cooperação, associações e organizações regionais e globais como a Rede Mundial de Cidades, Governos Locais e Regionais – UCLG²⁸. Vale salientar que alguns Estados federados de países desenvolvidos possuem economia e relações comerciais muito mais expressivas que vários Estados soberanos e a inserção internacional desses entes não pode ser ignorada. É perceptível que, por estarem mais próximos das comunidades afetadas, os entes subnacionais chegam onde muitas vezes os governos centrais não conseguem alcançar, bem como nota-se a ineficácia de políticas públicas de muitos governos centrais voltadas para a promoção do bem-estar das comunidades locais. Nesse sentido, a cooperação internacional descentralizada pode promover uma relação mais ampla, uma vez que inclui outros agentes sociais locais e pode garantir uma relação mais direta com os cidadãos, pode implicar em uma relação mais participativa²⁹. É inegável a possibilidade de unidades subnacionais fortalecerem suas potencialidades e construírem uma imagem internacional com maior visibilidade por meio de uma inserção internacional mais competitiva. Na prática, um *know-how* que pode ser transmitido ou intercambiado, uma discussão de alternativas com trocas de experiências em diversas áreas e uma captação de recursos externos são elementos que reforçam a importância da paradiplomacia.

²⁷ O Itamaraty criou essa expressão para denominar as ações internacionais de estados e municípios brasileiros. (RODRIGUES, 2008, p. 1025).

²⁸ Site da UCLG, disponível em: <http://www.uclg.org/en>, acesso em: 24/05/2013.

²⁹ MALÉ, 2006, p. 20 (apud DESSOTTI, 2009, p. 10).

Todavia, a resistência dos governos centrais em perder poder relativo frente às unidades subnacionais aparece como empecilho e obstáculo para o desenvolvimento da paradiplomacia, apesar de Bueno³⁰ afirmar que muito pouco dos fluxos paradiplomáticos vai em direção de confrontar ou desafiar a autoridade nacional e que, logo, a intensificação da paradiplomacia não significaria um assalto ao estoque de soberania do Estado, uma redução de poder ou uma retração de sua autoridade. O autor aponta ainda para a predominância de assuntos econômicos nessa área, tornando-a menos conflituosa e mais propensa à cooperação. Em muitos países, uma verdadeira batalha parece se travar entre as unidades subnacionais e governo central, que procura preservar sua soberania, ofuscando ativamente as ações internacionais dos governos subnacionais, o que poderia escapar ao controle do governo central. É notório que os estados centrais não enxergam com bons olhos a perda progressiva de soberania exclusiva em matéria de política externa, pois a ação internacional das unidades subnacionais pode ser vista como um atentado à soberania nacional e à integridade territorial³¹.

Com a emergência desses novos atores percebe-se um espaço cada vez mais aberto à participação e ao diálogo no qual todos podem expor suas reivindicações, em suma, um mundo mais dialogado em busca da construção da paz. Nessa esteira, Norman Angell ressalva a respeito do valor da amizade nas relações internacionais:

“A cortesia e uma certa boa fé são elementos essenciais [...]. No entanto, por si só esses elementos preciosos nunca conseguiram resolver qualquer diferença”³²

[...]

“Está claro que tudo isso tem sua utilidade, é importante porque favorece a discussão e o esclarecimento da política em que se baseiam a rivalidades, mas é só. E essas atividades serão uma perda de tempo se não veicularem uma compreensão recíproca do que está em jogo [...]. Os problemas do mundo não podem ser resolvidos simplesmente cultivando relações amistosas com o próximo, nem serão resolvidos com uma espécie de piquenique internacional.”³³

Temos, portanto, no atual cenário das relações internacionais novos atores que contestam e criticam a visão estatocêntrica que organiza a comunidade internacional e organismos internacionais que tomam as principais decisões da política internacional, como a

³⁰ BUENO, 2011, pp. 5-6.

³¹ RIBEIRO, 2008, p. 77 (apud SANTANA, 2009, p. 46).

³² ANGELL, 2002. p. 295.

³³ Idem, p. 296.

autorização de criação de novos países. Com esse novo contexto internacional pós Guerra Fria, caracterizado pela intensificação da cooperação, da integração, de assuntos econômicos, surgem novas demandas dentro de um mundo globalizado. A emergência de movimentos separatistas baseados em valores pós-materialistas esbarra em um sistema internacional que por estar referido à dominação racional-legal apontada por Max Weber³⁴, eivado de burocracia e de uma crença profunda nos estatutos, cria em si mesmo dificuldades e barreiras na construção da paz mundial em função do tempo necessário para a aprovação administrativa de uma intervenção, por exemplo.

³⁴ WEBER, 1991.

2. SEPARATISMO E POLÍTICA DE PRESSÃO

Neste capítulo será abordada a emergência das demandas separatistas, ligadas a valores como religião, etnia e cultura, que surgiram com a queda da cortina de ferro. Inicialmente, será elaborada uma relação dos casos mais emblemáticos como o do Kosovo para entendermos como ocorre esse processo de criação de um novo país.

Este capítulo permitirá, igualmente, uma reflexão sobre assuntos como a ordem westfaliana, a questão da autodeterminação dos povos e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Buscar-se-á ponderar os pontos críticos que existem e engessam o sistema internacional, levando em consideração que o Conselho de Segurança não possui critérios transparentes em relação às demandas separatistas e à criação de novos países.

Em seguida, indagar-se-á quais caminhos alternativos são possíveis além da separação, tal qual a cooperação para a juventude (os novos atores muitas vezes são jovens estudantes que possuem uma força política) e uma série de contradições e incoerências presentes atualmente no sistema internacional, que dificultam a construção da paz.

2.1 Demandas separatistas no mundo pós Guerra Fria

Com o fim da União Soviética, dos blocos da Iugoslávia, Tchecoslováquia e de todos os outros blocos comunistas, a emergência de valores pós-materialistas fez eclodir guerras civis ao longo de todo o leste europeu, provocando o surgimento de novos países.

Essas demandas de separação foram emanadas por valores religiosos, de pertencimento étnico, cultural, linguístico, etc. Nesse sentido, os casos do Kosovo e da Bósnia são emblemáticos. O fato do Kosovo, que fica dentro da Sérvia (líder do bloco socialista iugoslavo), ter um caso de insurgência política de natureza islâmica era algo totalmente inimaginável naquele momento. Supunha-se à época que a questão da religião já havia sido superada nos blocos comunistas. No entanto, justamente nestes blocos comunistas desintegrados surgiram estados religiosos como Bósnia, Kosovo, Albânia (vide mapa na Figura 1), além de outras configurações de Estados religiosos como a República Islâmica do Irã e do Sudão. Logo, percebe-se que os referenciais teóricos do comunismo e do realismo não davam conta desse complexo processo de reconstrução nacional.

O Kosovo é um bom exemplo, pois é reconhecido apenas por parte da comunidade internacional. Atualmente não é membro da ONU, para tal precisa do apoio de 9 dos 15 membros do Conselho de Segurança (incluindo os 5 membros permanentes) para, posteriormente, conseguir a aprovação de mais de dois terços dos 193 membros da Assembleia Geral. Hoje ele é reconhecido por 3 membros permanentes e por mais de 95 países³⁵. A questão do Kosovo nos remete ao ano de 2008, quando por meio de seu Parlamento, proclamou unilateralmente a sua independência do território sérvio, sendo reconhecido por Estados Unidos, França e Inglaterra. Apesar da Rússia e da China não o reconhecer, ele já possui embaixadas em vários países, mas não é oficialmente um país por conta dos vetos no Conselho de Segurança. Contudo, observa-se que já exerce um movimento de pressão e começa a trabalhar politicamente dentro dos países com embaixadas, consulados e escritórios internacionais. Vale ressaltar que não foi a primeira vez que uma província autônoma declarou-se independente de forma unilateral. Temos outros exemplos como a Chechênia (que oficialmente fica em território russo, vide mapa na Figura 2), o Tartaristão (oficialmente da Rússia, vide mapa na Figura 3), a Ossétia do Sul, a Abecásia (oficialmente da Geórgia, vide mapa na Figura 2), a Transnístria (oficialmente da Moldávia, vide mapa na Figura 4) e o Alto Carabaque (oficialmente do Azerbaijão, vide mapa na Figura 5), todos no início da década de 1990. Entretanto, foi a primeira vez que tantas nações reconheceram essa independência.

Figura 1: Mapa do Kosovo, Bósnia e Albânia



Fonte: <http://adamastor-arquivo.blogspot.com.br/2010/09/independencia-do-kosovo.html>

³⁵ Central Intelligence Agency – The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>, acesso em: 02/07/2013.

Em 2008 sobreveio uma guerra entre a Ossétia do Sul (apoiada pela Rússia) e Geórgia (apoiada pelos Estados Unidos), que se estendeu até outra província separatista georgiana, a Abecásia. A Ossétia do Sul queria a separação da Geórgia e buscou juntar-se a Rússia, que não aceitou, mas concordou em abrir uma embaixada do país em Moscou e nos países em que a Rússia poderia ter alguma influência. Esse fato foi positivo para a Ossétia do Sul, mas o reconhecimento da Rússia não significa o reconhecimento da comunidade internacional de seus *status* de país independente, pois para isso é necessário que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprove por consenso a sua existência. Certamente, a Ossétia do Sul não obteria êxito de sua demanda, devido ao alinhamento da Geórgia aos Estados Unidos, o que provocaria um veto dos EUA à autorização da independência da Ossétia do Sul. Uma matéria jornalística da britânica BBC retrata bem a situação na Geórgia: se por um lado a Rússia reconhece a independência da Ossétia do Sul e Abecásia, por outro o Departamento de Estado americano afirma que isso representaria “violação da integridade territorial georgiana” e seria “inconsistente com a lei internacional.”³⁶

Figura 2: Mapa da Ossétia do Sul, Chechênia e Abecásia



Fonte: <http://rogeografo.wordpress.com/2008/08/09/russia-georgia-e-ossétia-do-sul/>

Nessa linha de pensamento temos a Chechênia (vide Figura 2), que sabidamente tem poucas chances de ser reconhecida como país no Conselho de Segurança em razão do direito de veto russo. Mas, como se trata de uma República Islâmica, ela possui um forte apelo nos

³⁶ Rússia reconhece independência da Ossétia do Sul e Abecásia (BBC, 26/08/2008). Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbcb/story/2008/08/080826_medvedevindependencia_pu.shtml, acesso em: 24/05/2013.

países muçulmanos. A ilha de Taiwan apresenta, igualmente, características interessantes, haja vista que a China declara abertamente que nunca aceitará a separação. Todavia encontramos escritórios de Taiwan no Brasil³⁷, em Portugal, no Haiti e em vários outros países. Já na República do Saaraú (território em disputa no Marrocos, vide mapa na Figura 6), temos de um lado a França apoiando Marrocos e de outro a Venezuela abrindo, em Caracas, uma Embaixada do Saaraú, local em que vive o Presidente desta província separatista³⁸, que tentou, sem sucesso, diversas resoluções no Conselho de Segurança, todas vetadas pela França.

Figura 3: Mapa do Tartaristão



Fonte: <http://www.onislam.net/english/politics/asia/461544-tatarstan-smooth-islamization-sprinkled-with-blood.html>

Figura 4: Mapa da Transnístria



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:TransnistrianRegionMap.png>

³⁷ Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil. Endereço: SHIS QI 09 - CJ 16, casa 23, Lago Sul - CEP: 71.625-160, Brasília / DF. Disponível em: <http://www.taiwanembassy.org/br/mp.asp?mp=347>, acesso em: 28/05/2013.

³⁸ Endereço da Embaixada do Saara Ocidental na Venezuela: Avenida Andrés Bello Con 2da. Transv, Edif. Don Manuel, P-3, Los Palos Grandes, Caracas, Distrito Capital - Venezuela.

Figura 5: Mapa do Alto Carabaque



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Location_Nagorno-Karabakh2.png

Figura 6: Mapa do Saarauí



Fonte: <http://www.oocities.org/es/embrasdven/2.4.html>

A lista dos casos semelhantes é vasta (Azawad, no Mali; Tibete na China; a demanda separatista de 5 províncias da Somália; a Palestina; a Catalunha na Espanha, etc.). Frente a uma impossibilidade política de existência, as regiões separatistas vão se articulando com outros aliados, pois dependem de uma rede de alianças que se constrói até conseguir mais força no Conselho de Segurança. Encontramos algumas demandas sufocadas, outras que obtiveram êxito, o que leva à conclusão de que inexistem critérios objetivos para se construir a autorização formal do Conselho de Segurança para a criação de um novo país, dependendo sempre da vontade política dos países permanentes no Conselho de Segurança.

Podemos, portanto, dizer que o sistema westfaliano ainda está em expansão pelo tamanho das demandas separatistas existentes no mundo, mas está engessado politicamente por causa da possibilidade de veto dos membros permanentes. Contudo, existem outras soluções políticas alternativas. De fato, esses movimentos separatistas – os quais encontram apoio na carta da ONU, mais precisamente no capítulo XI de autodeterminação dos povos, mas enfrentam diferentes tipos de barreiras políticas – tendem a esticar a ordem westfaliana, constituída pelas relações estabelecidas entre estados territoriais soberanos. Diante da impossibilidade de reconhecimento formal, o terrorismo tem sido a moeda política dada de troco à falta de diálogo por parte dos permanentes do Conselho de Segurança. Essa falta de diálogo às demandas separatistas se acentua com o poder de veto no controle da agenda de temas a serem discutidos no Conselho de Segurança da ONU. Se ele é o único que autoriza a criação de novos países, o veto à possibilidade de discutir assuntos centrais como algumas demandas separatistas, sobretudo àquelas ligadas aos membros permanentes ou seus aliados próximos, reprime de uma maneira absoluta as demandas separatistas, muitas das quais irão utilizar o terrorismo como instrumento político de abertura de diálogo.

Segundo muitos autores e estudiosos das Relações Internacionais, como Marcus Faro³⁹, existem dois projetos de política externa em disputa no plano global. Um primeiro liberal-capitalista, que corresponde à extensão do sistema westfaliano (com respaldo na Carta da ONU), apoia a separação, a fragmentação e associa a política internacional a organizações políticas com autoridade suprema sobre um território. O segundo, de orientação comunista, de acordo com o qual os países devem se apresentar em blocos e não com fronteiras delimitadas (Bloco Soviético, Bloco Iugoslavo, Tchecoslováquia).

³⁹ CASTRO, 2001.

Essas disputas dominaram o cenário da política internacional na era bipolar, mas na era da multipolaridade – os Estados Unidos continuarão sendo por muitos anos a potência dominante e nota-se que se antes a Europa era o foco da política externa americana, esse lugar é atualmente ocupado pelo Oriente Médio, região que abriga grande parte das reservas petrolíferas do mundo⁴⁰ – a dificuldade de criação de novos países parece ainda maior. Por quê? Se o não é quase sempre a resposta certa dos permanentes no Conselho de Segurança para quase todas as demandas separatistas, o que justifica o sim para a criação do Sudão do Sul, um país que já nasce comprometido em sua estrutura⁴¹?

O cenário do Sudão do Sul (vide mapa da Figura 7) é expressivo, pois a partir dos acontecimentos do 11 de Setembro, a diplomacia estadunidense trabalhou no sentido de enquadrar o Sudão. Assim, juntaram evidências de que Osama Bin Laden morava na região e que o Sudão cooperava com a organização islâmica Al Qaeda e várias resoluções⁴² foram direcionadas para Darfur. Nesse contexto, a China, parceira histórica do Sudão, não pôde vetar a criação do Sudão do Sul, por conta das evidências de genocídios na região.

Figura 7: Mapa do Sudão do Sul



Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110708_sudao_do_sul_independencia_mm.shtml

⁴⁰ A Marcha da Multipolaridade, Alain Gresh. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=416>, acesso em: 04/11/2008.

⁴¹ Em apenas dois anos de existência, o Sudão do Sul já é o quarto País mais falido do mundo, de acordo com a Fund for Peace. Disponível em: <http://www.fundforpeace.org/global/library/cfsir1210-failedstatesindex2012-06p.pdf>, acesso em: 07/05/2013.

⁴² Uma consulta às resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança desde 2005 revela 48 resoluções direcionadas ao Sudão. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/index.shtml>, acesso em: 07/05/2013.

2.2 Caminhos políticos alternativos

Diante desse contexto, um questionamento faz-se necessário: quais caminhos alternativos as demandas separatistas podemos seguir?

A possibilidade mais sensata, dentro da nossa perspectiva, parece ser a da conciliação nacional, a realização de um trabalho político capaz de transformar as demandas separatistas em uma política de unificação nacional, buscando acordos com todos os grupos, principalmente os que se sentem excluídos ou discriminados. Apostar na separação, dependendo do caso, pode trazer mais adversidades do que soluções, como Estados sem condições de se sustentar e que já nascem falidos, como é o caso do Sudão do Sul, e que provocou um efeito devastador tanto no Sudão, como em outras demandas separatistas na África, como as presentes em Uganda⁴³ e no Mali⁴⁴.

É importante não associar toda diferença cultural dentro de um país a uma necessidade de separação, haja vista que muitos são compostos justamente por essa diferença. A disparidade norte/sul no Brasil em relação aos índices socioeconômicos ilustra bem esse pensamento de unificação. Outro exemplo interessante é o dos Estados Unidos, com a Guerra de Secessão no século XIX, que opôs os estados do norte e os estados do sul e teve na escravidão sua questão principal. Esse conflito sangrento, de certa forma, mostrou aos americanos que a separação não valia a pena apesar das muitas diferenças.

Temos também a questão da Palestina, hoje dividida em várias partes como Israel, Jordânia, Faixa de Gaza e Cisjordânia, que vem se arrastando dentro do Conselho de Segurança da ONU e já deveria ter sido solucionada há muito tempo. São assuntos que, muitas vezes, já ultrapassaram o nível do diálogo e falta vontade, tempo, esforço e paciência para costurar politicamente essas questões.

⁴³ Referimo-nos especialmente ao Lord's Resistance Army, de Uganda, que deseja se separar de Uganda e fundar um Estado bíblico no norte do País. Seus principais líderes têm mandado de prisão decretado desde 2005 para responder por crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional, por meio do processo ICC-02/04-01/05. Disponível em:

http://www.icc.cpi.int/en_menus/icc/situations%20and%20cases/situations/situation%20icc%200204/related%20cases/icc%200204%200105/Pages/uganda.aspx. Acesso em 20.05.2013.

⁴⁴ As Resoluções 2071/2012; 2085/2012 e 2100/2013 se destinam a encontrar solução para a declaração unilateral da República de Azawad frente ao Mali. Ver <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2013.shtml>. Acesso em 25.05.2013.

A desintegração dos regimes socialistas europeus, as mudanças na geopolítica mundial e a consequente contestação à ordem westfaliana revelam uma das muitas contradições presente nas relações internacionais: o capítulo XI da carta das Nações Unidas, relativo a territórios sem governo próprio. Ao tempo em que este capítulo, de certa forma, dá margem aos povos terem direito à autodeterminação, a desenvolverem sua capacidade de governo próprio, o Conselho de Segurança, por razões políticas, permanece totalmente fechado a essas questões e estamos falando do único órgão no mundo que tem a prerrogativa de impor decisões e intervenções para outros países, por isso os temas tratados dentro desta entidade possuem maior relevância.

2.2.1 A autodeterminação dos povos e as contradições do sistema westfaliano

A autodeterminação dos povos, princípio do direito internacional segundo o qual cada povo dispõe da escolha livre e soberana de determinar a forma de seu regime político, independentemente de qualquer influência estrangeira, foi proclamado pela primeira vez nos Catorze Pontos de Wilson para legitimar as novas fronteiras na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Todavia, esse direito à autodeterminação foi recusado aos povos vencidos, aos que não eram membros da Sociedade das Nações e aos colonizados.

A autodeterminação dos povos foi retomada na Carta da ONU:

“Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal.”⁴⁵

“Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

- a) Níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;*
- b) A solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional de caráter cultural e educacional; e*
- c) O respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião.”⁴⁶*

⁴⁵ CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, p. 5 (capítulo 1, artigo 1, alínea 2).

⁴⁶ Idem, pp. 33-34 (capítulo 9, artigo 55).

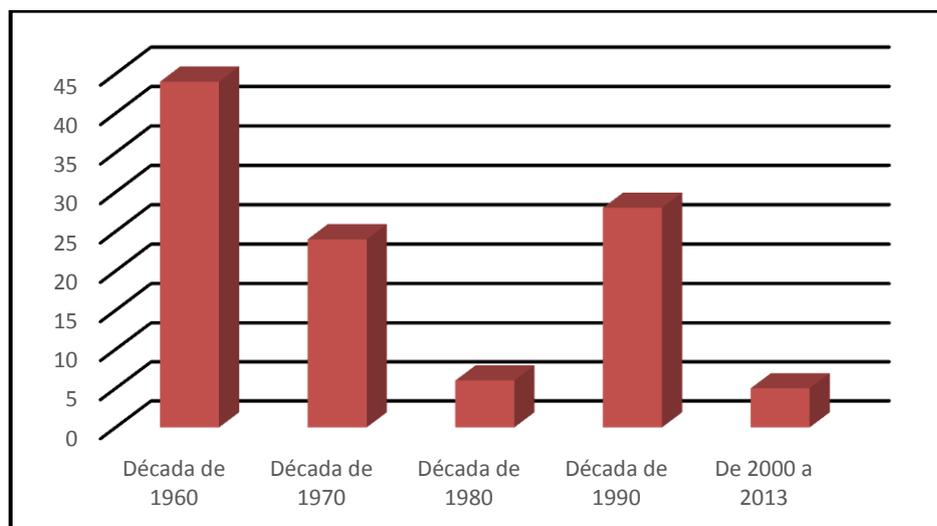
“Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidade pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, [...] se obrigam a: [...] desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento.”⁴⁷

Podemos dizer que existe um arcabouço teórico e metodológico completamente incoerente com a realidade atual. A Carta necessitaria passar por uma revisão, haja vista que esse último capítulo foi importante, principalmente para acabar com o colonialismo. Muito embora não seja dito abertamente, esse capítulo tinha este objetivo e era direcionado principalmente à França e Inglaterra, principais potências colonizadoras à época.

Para reforçar essa ideia, propomos uma consulta às resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança desde a década de 1960, no tocante ao reconhecimento formal de novos países pela comunidade internacional (vide Figura 8):

- Década de 1960: 143 resoluções, sendo 44 aprovações de novos membros;
- Década de 1970: 168 resoluções, sendo 24 aprovações de novos membros;
- Década de 1980: 183 resoluções, sendo 6 aprovações de novos membros;
- Década de 1990: 638 resoluções, sendo 28 aprovações de novos membros;
- De 2000 a 2013: 831 resoluções, sendo 5 aprovações de novos membros.

Figura 8: Aprovações de novos membros pelo Conselho de Segurança



Fonte: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/index.shtml>

⁴⁷ Idem, p. 41 (capítulo 11, artigo 73).

Este levantamento nos mostra que após a descolonização do continente africano e do sudeste asiático, o processo de reconhecimento de novas demandas separatistas, com algumas exceções, recrudescer para ser retomado após a dissolução da União Soviética, em 1991, quando rapidamente as antigas repúblicas socialistas soviéticas foram reconhecidas como países soberanos (tanto que a aprovação de novos membros na década de 1990 se deu exclusivamente entre 1990 e 1993), mas a partir deste período, muitas das demandas de reconhecimento surgiram no interior dos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança (é o caso, da Ossétia do Sul, Kosovo, Tibet, Taiwan, Chechênia, entre outros), o que deixou esta discussão muito tensa e sem consenso.

Vale ressaltar que a noção de povo aparecia, segundo Held (1995), como característica do modelo westfaliano, já subordinada ao conceito de nação: *“a criação de relações duradouras entre estados e povos é um fim, mas apenas na medida em que permitem a satisfação de objetivos políticos nacionais.”*⁴⁸

Se a ordem westfaliana associa política a território, isso quer dizer que ela é baseada na formação de Estados e não na vontade dos povos, bem como as fronteiras não são estabelecidas do ponto de vista dos povos, mas sim sob a ordem soberana dos Estados, que é totalmente controlada pelo Conselho de Segurança da ONU, o órgão mais poderoso do mundo. Se fosse do ponto de vista dos povos, a ordem westfaliana teria que ser alterada, ao menos o conceito de soberania. Como conciliar os conceitos de autodeterminação dos povos e de soberania nacional?

Logo, encontramos uma série de contradições que foram se acumulando e que hoje não possuem nenhuma sustentação, causando forte tensão política na condução da política mundial e no desenho da geopolítica mundial. Se Westfália serviu para atender aos interesses dos Estados, como ficam os povos?

Temos, portanto, um arcabouço jurídico e político muito forte e conservador que não dialoga com os acontecimentos recentes pelo mundo. Essa falta de diálogo provoca o terrorismo, haja vista que grande parte da motivação terrorista está em chamar a atenção do mundo para demandas nacionalistas e separatistas. Se faz imprescindível uma revisão da estrutura da comunidade internacional, uma alteração na visão de Westfália e uma mudança no Conselho de Segurança, tirando o foco da visão estatocêntrica e salientando a importância

⁴⁸ HELD (apud CASTRO, 2001, p. 12).

dos povos. Esses seriam sinais expressivos na busca de uma metodologia para a construção da paz mundial. Sabemos que os estados controlam a política internacional, mas os mesmos são altamente questionáveis na medida em que não representam a população e não atendem muitas demandas locais de maneira efetiva.

O Conselho de Segurança, composto de Estados racionais legais, permanece preso aos estatutos, o que engessa o sistema internacional. Isso significa que o Estado moderno é um Estado de legalidade, que tem em suas instituições um compromisso vazio de obediência às leis. Só se toma uma decisão se uma resolução for aprovada e só se aprova uma resolução se houver um consenso. Falta flexibilidade para discutir outros assuntos, não apenas aqueles de interesse dos membros permanentes. Por conta dessa dominação burocrática⁴⁹, não se vê um compromisso em resolver o problema. O caso da Síria ilustra bem esse pensamento, afinal esse país está em guerra civil desde 2011, estamos em 2013 e não se chega a uma solução. Enquanto as discussões e os votos ocorrem, milhares de pessoas estão morrendo. É nesse ponto que reside o núcleo do conflito, se já existe veto à aprovação de resoluções, não poderia haver veto no controle, no tema a ser discutido. Se um permanente exerce seu direito de veto, a questão é totalmente ignorada. O veto não pode controlar a agenda de discussão dos temas da política internacional da forma que acontece atualmente.

Esse é o retrato do cenário atual, no qual devemos examinar os estilhaços, de acordo com Geertz⁵⁰. Percebe-se uma relação de poder e interesses que está dificultando as vidas de milhões de pessoas e estimulando o terrorismo. A cada vez que a Palestina tenta discutir a sua situação no Conselho de Segurança a diplomacia americana se mobiliza para não discutir, fazendo surgir explosões em Israel dada a inexistência de diálogo. A mesma coisa acontece na Chechênia, essa é a situação que vem ocorrendo repetidamente, tornando a linguagem política no cenário internacional atual muito dura e tensa.

Esse acúmulo de desavenças e litígios tem deixado a juventude, principalmente, muito frustrada. Por trás de grande parte desses ataques terroristas desses movimentos separatistas, temos jovens malogrados pela falta de respostas ou pela resposta “não, por que não”.

⁴⁹ WEBER, 1991.

⁵⁰ GEERTZ, 2001.

2.2.2 Cooperação para a juventude: um caminho alternativo possível

Outro problema, que aparece com muita força atualmente e retrata bem a gravidade da situação em que se chegou, envolve Estados Unidos e Coréia do Norte. Um exemplo de solução seria os Estados Unidos recuarem, convidando estudantes norte-coreanos e oferecendo bolsas de estudo, tentar uma aproximação e integração entre os jovens pensando nas próximas gerações. Afinal são essas gerações que irão controlar os países dentro de vinte ou trinta anos, por isso é importante que se vejam, conheçam, interajam. Esses jovens tem mais potencial para produzir as mudanças necessárias do que os membros do Partido Comunista que controla o poder na Coreia do Norte, que permanece com antigas ideias aferradas e não vai discutir novas possibilidades. Enquanto são os jovens que tem as ideias mais abertas e não possuem tantos vícios e preconceitos. Talvez, deva-se investir mais politicamente nesse tema, haja vista que o mundo precisa de novas ideias e negociações. Em vez disso, assistimos a manobras militares com mísseis nas fronteiras. Seriam gestos que politicamente significariam muito, pois da forma radical não nos aproximamos de uma solução, mas sim da guerra.

Podemos dizer que a comunidade internacional não está investindo na pedagogia política, em razão da “lei do mais forte”, alimentada pelo Realismo e que aponta para a imposição do uso da força nas relações internacionais. Todavia, é possível olhar melhor para a realidade que se manifesta e pôr de lado essas categorias dicotômicas (norte/sul, pobre/rico, negro/branco). Realidade essa, que se não for politicamente trabalhada no sentido da conciliação, pode criar novos movimentos separatistas, que por sua vez podem envolver sangue, armas, terrorismo, genocídios, etc.

Paralelamente a todos esses casos envolvendo problemáticas sérias e sangrentas, selecionamos o caso do Quebec como um caso específico por se tratar de uma província muito rica dentro de um país democrático e muito rico, que a princípio não compartilha os problemas citados, mas que merece a mesma atenção. Esse caso demonstra que os movimentos separatistas nem sempre envolvem violência e destaca a importância de trabalhar politicamente na busca pela conciliação. O exemplo escolhido reforça a ideia colocada por Marcus Faro (2001) de que movimentos separatistas são ligados a valores pós-materialistas, não envolvendo riqueza ou a famosa relação capital/trabalho, mas um sentimento de exclusão e uma demanda de reconhecimento. Observa-se que a falta de diálogo é responsável pelo surgimento de demandas separatistas, que aparecem como única opção possível e muitas

vezes aliadas ao terrorismo. Contudo, o caso estudado denota que a conversação permite avançar em muitos aspectos. O governo canadense possui papel importante para que o clima na região seja harmônico, pois exerce um trabalho político coordenado com a província que torna o paradigma quebequense menos tenso, sem ameaças terroristas, mas tão sério quanto os outros movimentos abordados nesta monografia.

3. O CASO DO QUEBEC, SEPARATISMO E RECONHECIMENTO

Esse terceiro capítulo pretende realizar uma abordagem metodológica e analítica, dialogando um pouco com a crítica marxista, para a qual a questão econômica não influencia tudo, isto é, existem valores pós-materialistas que influem nessa dinâmica. O motivo de escolhermos estudar o caso do Quebec é por se tratar de uma área muito rica, na qual o separatismo existe, o sentimento de exclusão persiste e a vontade de se separar está muito além das questões sociais e econômicas. Desta forma, o cenário apontado no segundo capítulo é praticamente o oposto do Quebec. É preciso levantar algumas variáveis para compreendermos o que são esses movimentos separatistas.

Como vimos, esses movimentos estão amparados pela Carta das Nações Unidas, claramente em um movimento político de descolonização no período pós-guerra. Todavia, quando o problema se torna mais complexo, especialmente a partir do final do século XX e início do século XXI, o Conselho de Segurança não aparenta saber o que fazer. A vontade dos povos em ampliar o sistema westfaliano é muito forte e, como foi anteriormente colocado, Westfália está contra os povos e a favor dos Estados, o que deixa a situação bastante complicada.

Selecionamos um caso que não apresenta um conflito sangrento, não há sensação de pobreza, miséria, crise humanitária, genocídio, etc. para mostrar que mesmo em situações em que aparentemente não existem motivos para as pessoas se revoltarem, esse problema surge (nesse sentido o caso catalão é igualmente muito representativo). São lugares com muitas riquezas e que apresentam uma dúvida na medida em que não está clara a relação entre vontade de separação e sentimento de reconhecimento de identidade. Não se pode afirmar com precisão onde começa o separatismo ou onde começa a demanda de reconhecimento, tampouco qual é a real intenção do povo quebequense. O que se sabe é que nas democracias avançadas esse tema é melhor trabalhado do que nas ditaduras, no totalitarismo.

Nessa conjuntura, analisaremos a demanda de soberania e de reconhecimento do Quebec, com ênfase para a dimensão cultural e destacando a língua francesa. Buscaremos igualmente identificar os aparatos institucionais desenvolvidos por essa província. Este capítulo irá buscar amparo em duas obras de Luiz R. Cardoso de Oliveira⁵¹, a fim de

⁵¹ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Dois pequenos ensaios sobre cultura, política e demandas de reconhecimento no Quebec* (1999) e *Democracia, Hierarquia e Cultura no Quebec* (1997).

argumentar se é possível transformar uma demanda separatista em um processo de reconhecimento de identidade. Realizaremos igualmente um exame cronológico dos fatos mais marcantes da história quebequense que conotam o caráter distinto do Quebec.

3.1 Apresentação do Quebec

O Quebec é uma província francófona no Canadá com mais de 8 milhões de habitantes e com uma superfície de 1.667.712 km²⁵², que faz fronteira com os Estados Unidos (vide Figura 9). A maior província canadense constitui um estado federado, sendo Quebec a capital⁵³ e Montreal a principal metrópole e é composta por 17 regiões administrativas que reúnem 1.287 cidades (1.134 municipalidades locais, 96 territórios não organizados e 57 territórios autóctones⁵⁴).

Figura 9: Mapa do Canadá, com destaque para o Quebec



Fonte: <http://www.solarnavigator.net/geography/quebec.htm>

O governo quebequense é essencialmente constituído de um Ministério do Conselho Executivo⁵⁵, uma Secretaria do Conselho do Tesouro⁵⁶, 18 outros ministérios⁵⁷, uma

⁵² Instituto da Estatística do Quebec, *Quebec Handy Numbers*, 2013, p. 07. Disponível em: http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/pdf2013/qcm2013_fr.pdf, acesso em: 07/05/2013.

⁵³ É interessante observar que oficialmente o governo do Quebec se refere à cidade de Quebec como “capital nacional”.

⁵⁴ Instituto da Estatística do Quebec, *Quebec Handy Numbers*, 2013, p. 07. Disponível em: http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/pdf2013/qcm2013_fr.pdf, acesso em: 07/05/2013.

⁵⁵ Site do Ministério do Conselho Executivo disponível em: <http://www.mce.gouv.qc.ca/index.htm>, acesso em: 07/05/2013.

⁵⁶ Site da Secretaria do Conselho do Tesouro disponível em: <http://www.tresor.gouv.qc.ca/>, acesso em: 07/05/2013.

⁵⁷ Lista dos ministérios disponível em: <http://www.premier.gouv.qc.ca/gouvernement/ministeres-organismes.asp>, acesso em: 07/05/2013.

Assembleia Nacional⁵⁸, um Tenente-Governador⁵⁹ e alguns organismos autônomos. A Primeira-Ministra Pauline Marois, desde 2012, é chefe de governo e presidente do Conselho dos ministros (ou Conselho Executivo).

Trata-se de uma região que possui ótimos índices de qualidade de vida, um patrimônio cultural mundial da UNESCO (bairro histórico do Velho-Quebec, desde 1985) e um patrimônio natural mundial da UNESCO (parque nacional de Miguasha, desde 1999).⁶⁰ Com um comércio internacional forte e com os Estados Unidos como principal parceiro, o Quebec, se comparado a outros países, apresenta alguns dados e estatísticas significativas como, por exemplo, o PIB per capita em paridade de poder de compra que é de 35.111 US\$⁶¹ (abaixo do Canadá, mas acima de Japão e Itália).

Ao estudar a única província canadense que utiliza o francês como primeiro idioma⁶² e a única sociedade majoritariamente francófona em todo o continente norte-americano, vale ressaltar que estamos falando de uma sociedade moderna, dotada de um sistema de saúde universal e gratuito, de um ambiente seguro e de uma rede de ensino bem desenvolvida, que tem na cultura um papel fundamental. A cultura permite ilustrar a distinção da realidade quebequense. Nesse sentido, o idioma francês nutre uma relação profunda com o sentimento de identidade nacional. O francês representa uma das dimensões mais importantes da herança quebequense. Para preservá-lo, foi criado o Ofício quebequense da língua francesa⁶³, que tem sua missão enunciada na Carta da Língua Francesa⁶⁴. Duas outras organizações participam da

⁵⁸ Site da Assembleia Nacional do Quebec disponível em: <http://www.assnat.qc.ca/fr/index.html>, acesso em: 07/05/2013.

⁵⁹ Site do Tenente-Governador do Quebec disponível em: <http://www.lieutenant-gouverneur.qc.ca/index.html>, acesso em: 07/05/2013.

⁶⁰ Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>, acesso em: 01/06/2013.

⁶¹ Instituto da Estatística do Quebec, *Quebec Handy Numbers*, 2013, p. 44. Disponível em: http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/pdf2013/qcm2013_fr.pdf, acesso em: 07/05/2013.

⁶² Segundo dados do Instituto da Estatística do Quebec de 2013, 78, 1% da população do Quebec tem o francês como língua materna e 7,7% o inglês (p. 14). Disponível em: http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/pdf2013/qcm2013_fr.pdf, acesso em: 07/05/2013.

⁶³ Site do Ofício Quebequense da Língua Francesa disponível em: <http://www.oqlf.gouv.qc.ca/>, acesso em: 07/05/2013.

⁶⁴ Também chamada de lei 101, ela coloca o francês como língua oficial do Quebec. Antes de sua criação em meados da década de 1970, era a única província canadense oficialmente bilíngue no plano institucional. Disponível em: http://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=2&file=/C_11/C11.html, acesso em: 07/05/2013.

valorização do francês no Quebec e da estratégia de defesa construída para preservar a língua: o Conselho Superior da Língua Francesa⁶⁵ e a Comissão da Toponímia⁶⁶.

3.2 Análise cronológica da história do Quebec

Para uma melhor interpretação da peculiaridade quebequense, se faz imprescindível uma breve análise com base nos dados e estatísticas dos *Marcos Históricos do Portal do Quebec*⁶⁷ e em pesquisa na *Biblioteca e Arquivos do Canadá – A Confederação Canadense*⁶⁸, de alguns dos fatos mais marcantes da evolução histórica, política, econômica, social e cultural do Quebec e da relação desta província com o país, que de certa forma pode ser vista como uma continuação da rivalidade histórica entre França e Inglaterra que se expressou dentro do Canadá. Podemos dividir a história quebequense em três partes:

3.2.1 A nova França (1534 – 1760)

O explorador francês Jacques Cartier acostou, em 1534 em Gaspé, pequena cidade no nordeste da província e reivindicou o território em nome do rei Francisco I da França. Em 1608, com apoio do rei francês Henrique IV de Bourbon, Samuel de Champlain fundou a cidade de Quebec. Trinta e quatro anos mais tarde foi a fundação de *Ville Marie*, que com o passar do tempo se tornaria Montreal, por Paul Chomeday de Maisonneuve. Esses acontecimentos marcaram o início da colonização francesa na América, à época chamada de Nova França, que passados 55 anos, se tornaria uma colônia real⁶⁹.

Em meados do século seguinte, mais precisamente em 1759, ocorreu o primeiro grande embate entre franceses e ingleses na região e, em função da derrota das tropas francesas, veio a rendição do Quebec para os ingleses. A vitória britânica na Batalha das Planícies de Abrahão, também conhecida como Primeira Batalha do Quebec foi um marco do começo da conquista inglesa.

⁶⁵ Site do Conselho Superior da Língua Francesa disponível em: <http://www.csLf.gouv.qc.ca/>, acesso em: 07/05/2013.

⁶⁶ Site da Comissão da Toponímia disponível em: <http://www.toponymie.gouv.qc.ca/ct/accueil.aspx>, acesso em: 07/05/2013.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.gouv.qc.ca/portail/quebec/pgs/commun/portrait/jalonshistoire/?lang=fr>, acesso em: 01/06/2013.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/confederation/index-f.html>, acesso em: 01/06/2013.

⁶⁹ CARDOSO DE OLIVEIRA 1997, p. 6.

3.2.2 O regime inglês (1760 – 1867)

Quatro anos após a conquista, com o Tratado de Paris a paz foi proclamada entre Inglaterra e França, esse último país cedendo a Nova França ao império britânico. A Nova França se tornou então *The Province of Quebec*, suas fronteiras foram reduzidas, as leis inglesas passaram a vigorar e o *Serment du Test*⁷⁰ foi introduzido. Em 1774, o Ato do Quebec promulgado pelo governo inglês ampliou o território quebequense e permitiu o reconhecimento da língua, da religião e das leis civis francesas. Algumas partes do Ato do Quebec foram revogadas pelo Ato Constitucional de 1791 que dividiu o Canadá em duas entidades: o Alto-Canadá (Ontário) e o Baixo-Canadá (Quebec). No final do século XVIII os britânicos representavam 65% dos membros de profissões liberais e 44% dos homens de negócio, enquanto apenas 18% dos artesãos e 10% dos operários⁷¹.

Em 1837 começou a Rebelião dos Patriotas, também chamada de Rebelião do Baixo Canadá, conduzida por Louis Joseph Papineau e se estendeu até o final de 1838. Esse período apresentou um cenário tenso e violento de diversos conflitos entre a população civil e a ocupação militar colonial e originou o Ato da União em 1840, no qual a Coroa Britânica reuniu o Alto e o Baixo-Canadá em uma única província, colocou os canadenses-franceses em estado de inferioridade política e o idioma inglês se tornou a única língua oficial. O período entre 1840 e 1867 ficou conhecido como o Regime do Ato da União e segundo Luiz Cardoso de Oliveira⁷² foi o único período de certa repressão às instituições francesas. Ainda segundo o autor, os direitos linguísticos-culturais do Quebec só foram restabelecidos com a entrada em vigor da Confederação por meio do Ato da América do Norte Britânica em 1867. Esse ato criou o Domínio do Canadá, reunindo em federação as províncias do Quebec, Ontário, Nova-Escócia e Novo-Brunswick. Nesse momento o Canadá era dividido em quatro províncias e Quebec representava um terço da população canadense. Passados seis anos, o Canadá já contava com sete províncias.

⁷⁰ *Serment du Test* (em português ‘juramento do Teste’) era um juramento que envolvia funcionários e militares ingleses e por meio do qual buscava-se excluir os católicos de todos os cargos administrativos. Aquele que prestava esse juramento tinha que declarar por escrito que não reconhecia a autoridade do Papa e não acreditava em uma série de preceitos da religião católica. Esse juramento foi retirado onze anos depois com o Ato do Quebec.

⁷¹ História do Quebec, disponível em: <http://www.cyberjean.com/quebec/histoire.php>, acesso em: 01/06/2013.

⁷² CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 6.

3.2.3 O Canadá e o Quebec moderno (século XX – dias atuais)

Em 1948, Quebec adotou sua atual bandeira *fleurdelisé*, substituindo a antiga *Union Jack* que continha a imagem da bandeira britânica flutuando sobre o Parlamento Quebequense. Isso representou um gesto importante na construção da identidade quebequense, rompendo de certa forma com a dominação inglesa.

A década de 1960 foi marcada pela Revolução Tranquila, que iniciou um período de grandes mudanças sociais e econômicas. Essa revolução constituiu uma ruptura importante na história do Quebec, na medida em que possibilitou a construção de uma nova identidade nacional quebequense. Assim, verifica-se que rapidamente a porcentagem de pessoas favoráveis nas pesquisas sobre a independência do Quebec cresceu, passando de 15,2% em 1961 para 26,2% em 1962⁷³. Esse movimento contestatório no qual os *francófonos* questionaram frontalmente o processo de *minorização* que eles vinham passando desde 1867⁷⁴ trouxe, em termos de resultados a criação de um estado laico, uma grande participação do governo quebequense na economia e a fundamentação do “modelo quebequense”. Ainda nessa onda de impugnação, no dia 24 de julho de 1967 o general Charles de Gaulle, à época presidente da República francesa, pronunciou um discurso da varanda da prefeitura de Montreal que ficou marcado na memória dos quebequenses, notoriamente pela frase “*Vive le Québec libre!*”. No ano seguinte outra expressão ficou famosa “*lousy french*” (francês nojento) referente ao francês falado pelos francófonos quebequenses. Esse comentário foi proferido pelo primeiro ministro do Canadá Pierre Trudeau, denotando que o governo federal não deveria ceder mais poderes ao Quebec até que se ensine um francês de melhor qualidade nas escolas⁷⁵. Vale ressaltar que segundo Cardoso de Oliveira a imagem política de Trudeau ficou muito desgastada no Quebec principalmente após o referendo de 1980, por conta de alegações de não cumprir suas promessas de renovação do federalismo canadense⁷⁶. Apesar de polêmico, o fato não deixou de chamar a atenção para a importância da conservação da cultura quebequense associada à língua francesa. Em 1970, o *Front de Libération du Québec* (Frente de Libertação do Quebec), movimento revolucionário clandestino fundado nos anos 1960, sequestrou e assassinou o ministro quebequense Pierre Laporte, originando a Crise de Outubro.

⁷³ História do Quebec, disponível em: <http://www.cyberjean.com/quebec/histoire.php>, acesso em: 01/06/2013.

⁷⁴ CARSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 6.

⁷⁵ HOWARD, 2007, p. 8.

⁷⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 19.

Em 1974, o francês se tornou de fato a língua oficial do Quebec com a lei 22 adotada pela Assembleia nacional do Quebec e revogada três anos mais tarde pela adoção da Carta da língua francesa, também conhecida como lei 101. Todavia, uma série de conflitos entre anglófonos e francófonos, foi gerada pela aprovação desta lei que:

“(1) impede o acesso à escola de língua inglesa de 1º e 2º graus aos imigrantes e francófonos; (2) institui um processo de “afrancesamento” das empresas com mais de 40 empregados; e (3) impedia que o comércio utilizasse letreiros ou cartazes escritos em outra língua que não o francês.”⁷⁷

Se o período anterior à criação da lei 101 pode ser visto como uma repressão indireta ao francês⁷⁸, os anglófonos se veem pela primeira vez em posição similar a dos francófonos no resto do Canadá, deixando a relação com sinais invertidos⁷⁹.

Em 1976, outro fato marcante na história do Quebec foi a primeira vitória do Partido Quebequense nas eleições desta província, representando a primeira vez que um partido independentista esteve no poder. Assim, a noção de identidade quebequense pôde se manifestar com maior legitimidade. Em 1980 houve a vitória do ‘não’ por 59,6% no primeiro referendo quebequense sobre o projeto de soberania-associação entre Quebec e o resto do Canadá. Na contramão da perspectiva quebequense, em 1982 o governo federal canadense modificou a constituição canadense sem o acordo do Quebec. Um discurso do então chefe do partido federal “Bloco Quebequense” e futuro primeiro ministro do Quebec, Lucien Bouchard, revela que: “A Constituição foi repatriada em 1982 contra a nossa vontade... porque os interesses do Canadá inglês eram tais que eles tinham que fazer isto” (discurso pronunciado em 27 de outubro de 1995, 19h30, *télévision Radio-Canada*)⁸⁰.

A Constituição que ficava na Inglaterra sob a guarda do parlamento inglês foi oficialmente *patriada*, confrontando a legislação linguística quebequense, consolidando a política do multiculturalismo ao invés do biculturalismo e negando a dualidade canadense. A Carta de Direitos e Liberdades, fortemente apoiada no Canadá inglês e questionada no Quebec, diminuiu consideravelmente a autonomia da província, pondo em risco a

⁷⁷ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 6.

⁷⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 7.

⁷⁹ Idem, p. 11.

⁸⁰ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 19.

sobrevivência da lei 101 e conseqüentemente da forma de vida franco-quebequense⁸¹. O Quebec nunca concordou com os termos e nunca assinou a nova Constituição⁸².

Em 1987, o Acordo de Meech Lake tentava trazer o Quebec de volta à família constitucional canadense através do atendimento por parte do governo de algumas condições constitucionais estabelecidas por Quebec. Contudo, o Acordo não foi implementado e em 1992 foi iniciada outra reforma constitucional: o Acordo de Charlottetown que requeria uma reforma no Senado, mudanças na divisão de poderes legislativos entre o governo central e a província e o reconhecimento do Quebec como uma sociedade distinta. Entretanto, mais uma vez o Acordo não teve prosseguimento, pois a população quebequense, por meio de plebiscito, rejeitou essa proposta de modificação da Constituição.⁸³ A população *francófona* tende a interpretar a rejeição desses dois Acordos como uma negação de sua identidade, como um ato de desconsideração e como um insulto moral⁸⁴.

Em 1995 o debate se deu entre federalistas e soberanistas e a pergunta era: “Você aceita que o Quebec se torne um país soberano, depois de oferecido formalmente ao Canadá uma nova parceria econômica e política, no quadro do projeto de lei sobre o futuro do Quebec e do acordo assinado em 12 de junho? [...] O projeto de lei mencionado previa a possibilidade de uma declaração unilateral de independência.”⁸⁵

Em 30 de outubro daquele ano, pela segunda vez em quinze anos, os quebequenses eram chamados para se pronunciarem sobre a soberania do Quebec. A primeira vez tinha sido em 20 de maio de 1980, quando 59,56% das pessoas votaram ‘não’ e 40,44% votaram ‘sim’ para a soberania do Quebec⁸⁶. O resultado final do referendo de 1995 de 50,6% dos votos contrários e 49,4% dos votos favoráveis à independência quebequense foi considerado polêmico, pois as pesquisas de intenção de voto apontavam para uma vitória do ‘sim’ por aproximadamente 53%.⁸⁷ A polêmica se solidificou com informações do diário *The Gazette*, principal jornal anglófono do Quebec, segundo as quais pesquisas informam que 1/3 dos

⁸¹ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 7.

⁸² Idem, pp. 3-4.

⁸³ Site do Governo do Canadá. Disponível em: http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/organization-organisation.aspx?lang=por, acesso em: 01/06/2013.

⁸⁴ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 13.

⁸⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, pp. 12-13.

⁸⁶ Posições do Quebec nas áreas constitucional e intergovernamental de 1936 a março de 2001, 2005, p. 531. Disponível em: <http://collections.banq.qc.ca/ark:/52327/bs44468>, acesso em: 07/05/2013.

⁸⁷ O referendo de 30 de outubro de 1995: uma análise dos resultados. Disponível em: http://www.pum.umontreal.ca/apqc/95_96/drouilly/drouilly.htm, acesso em: 07/05/2013.

eleitores decididos a votar pelo ‘sim’ o fariam mais para cobrar mudanças dentro da federação, do que para promover a separação.⁸⁸ Polêmicas a parte, o referendo não deixou de representar um avanço para a consolidação da identidade franco-quebequense, visto que a proporção de votos a favor foi consideravelmente maior no segundo referendo. Significou igualmente uma maior perspectiva para o futuro e nessa perspectiva Quebec avançou no trabalho político de afirmação de sua autonomia, como comprovam seus escritórios de imigração existentes em várias partes do mundo.

3.3 Escritórios de imigração

O Quebec apresenta-se como uma sociedade aberta à imigração. De fato, essa província possui nos escritórios de imigração uma forte estratégia para atrair estrangeiros. Assim, a cada ano ela acolhe em média 45 mil imigrantes provenientes de mais de cem países. A paradiplomacia quebequense é interessante pois o Canadá não se opõe e a imigração, por exemplo, é uma área de competência compartilhada entre os governos do Quebec e do Canadá⁸⁹. Esses escritórios refletem bem o pluralismo político presente nesse país. O Canadá é um local onde vários grupos possuem força de pressão e participam das decisões de política externa. O próprio Congresso canadense atua de forma partilhada com esses outros atores.

Encontram-se escritórios em diversos países ou regiões autônomas espalhadas por América do Sul, América do Norte, África, Europa, Ásia e Oriente Médio. Eles apresentam uma série de incentivos como aulas de francês e reembolso das despesas dos cursos de francês no exterior e algumas contrapartidas como adequar-se aos valores compartilhados pela sociedade quebequense para viver em um ambiente aberto, rico em sua diversidade, democrático, e francófono. Isso significa que apesar de garantir à minoria anglófona o uso de seu idioma e de suas instituições, o conhecimento da língua francesa é essencial para o imigrante que pretende fazer parte desta sociedade, que alia o desenvolvimento econômico americano e a influência das culturas europeias.

A importância do papel desempenhado pelos escritórios de imigração fica manifesta quando se nota que os quebequenses alófonos⁹⁰ utilizam com mais frequência o idioma

⁸⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 14.

⁸⁹ Site do Escritório de Imigração do Quebec em São Paulo, disponível em: <http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/placeauquebec/pt/questoesfrequentes-index.php#/cont1>, acesso em: 07/05/2013.

⁹⁰ São chamados de alófonos os vários grupos étnico-linguísticos, ou seja, o grupo daqueles que não são *francófonos* nem *anglófonos* que compõe a sociedade quebequense.

francês em suas residências e que a proporção dos mesmos que fala inglês em casa diminuiu consideravelmente⁹¹. Segundo Cardoso de Oliveira, até a década de 1970, o mercado de trabalho privilegiava a língua inglesa e os imigrantes eram fortemente estimulados a se integrarem à população anglófona.⁹² Observa-se que desde 1971, esse número é maior para o lado francês em relação ao inglês, todavia, em 2006, pela primeira vez a maioria absoluta dos alófonos (51%) declarou adotar a língua francesa em suas casas⁹³.

3.4 Demanda de reconhecimento da identidade quebequense

Analisando um pouco da história e da condição atual quebequense, percebe-se que a demanda de separação provém na realidade de uma demanda de reconhecimento, que tem na língua francesa seu elemento principal. O Quebec sempre se sentiu discriminado em relação ao resto do Canadá. A expressão “Resto do Canadá – RDC” aparece com frequência na literatura do país para se referir ao território canadense majoritariamente anglófono⁹⁴ (ou seja, o resto do Canadá com exclusão do Quebec) e reflete por si só esse distanciamento entre os dois lados. Segundo, Cardoso de Oliveira (1997), é nesse sentido que o caso em questão é particularmente interessante:

“Porque o cerne de demanda feita ao RDC não é impulsionado por uma percepção de exploração (nos moldes das relações coloniais), ou por uma vontade de maior participação na renda e no poder [...] a demanda quebequense não é determinada por uma consciência de exclusão ou mesmo de usurpação dos direitos básicos de cidadania. Há, a rigor, um sentimento de desconsideração. [...] seria o reverso do reconhecimento.”

Nota-se que os francófonos se sentem discriminados em razão do Canadá anglófono ser hegemônico. Não envolve qualquer sentimento de inferioridade racial ou econômica, mas abrange um sentimento subjetivo da cultura. O assunto em questão é, portanto, a demanda de reconhecimento da identidade quebequense, o que nos remete a alguns questionamentos: porque a demanda de reconhecimento de identidade se tornou mais expressiva que a demanda de separação nesta província? E o que justifica esse sentimento de diferença e exclusão que esse povo sente e essa vontade de ser um país independente?

⁹¹ Quadro do uso de idioma oficial pelos imigrantes alófonos no Quebec, disponível em: <http://www12.statcan.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-555/table/t14-fra.cfm>, acesso em: 01/06/2013.

⁹² CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 7.

⁹³ Estatística Canadá - Censo de 2006: O retrato linguístico em evolução, disponível em: <http://www12.statcan.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-555/p11-fra.cfm>, acesso em: 01/06/2013.

⁹⁴ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 3.

É perceptível que o governo quebequense refletiu sobre essas questões e sobre a importância de trabalhar politicamente buscando a conciliação. O governo canadense, por sua vez, aceitou o diálogo, as partes reconheceram alguns erros e aceitaram determinadas críticas. Destarte, a tensão do separatismo diluiu-se, predominando a questão do reconhecimento. Mas esse sentimento de afastamento existe de fato? Essa ideia de pessoas, mesmo gozando de excelentes condições de vida, se sentirem excluídas e isoladas dentro do contexto do país é real? Vale salientar que a questão da discriminação no Canadá possui uma acepção subjetiva, haja vista que canadenses ingleses também dizem sofrer preconceito no Quebec.⁹⁵ Nesse sentido uma pesquisa de campo seria muito interessante para um melhor entendimento do cotidiano e do caráter distinto deste local.

Em contraposição à visão franco-quebequense, podemos observar que é muito difícil a aceitação desse bilinguismo no cotidiano canadense. Encontramos muitos relatos de pessoas que visitaram o país e constam, por exemplo, que ao entrar em alguma loja, restaurante ou demais estabelecimentos públicos o atendente os aborda com um “não falo francês” antes de qualquer coisa. O dia a dia não é muito simples. Como fazer uma política bilíngue nesse cenário complicado? Ao mesmo tempo em que está claro que o Quebec não irá adotar o inglês e que o Canadá possui uma dupla herança, só se fala francês em uma província e a política foi de instituir o bilinguismo em todo o país. Não se trata de um caso como o do Haiti, onde o bilinguismo existe de forma muito natural (kreyòl dentro de casa e francês nas escolas). A dualidade canadense expressa, portanto, a visão do Canadá como um país formado por dois povos ou nações fundadoras, um país bilíngue e bicultural⁹⁶.

Muito embora o Canadá tenha sido em um passado longínquo a Nova-França, atualmente o francês é falado em apenas uma província. Como expandi-lo para todo o país? Talvez nesse sentido a questão separatista seja compreensível, mas seria o suficiente para uma demanda tão complexa? Teria essa política sido realmente construída de maneira correta? Um Estado oficialmente bilíngue ou multilíngue que utilize um idioma em ambiente público e outro(s) em determinadas situações parece menos confuso. O problema maior é quando o Estado tenta catalogar e fazer uma política em cima desses aspectos, o que causa bastante tensão política.

⁹⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 6.

⁹⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 6.

Trata-se de uma questão muito interessante e pouco problematizada: como reconhecer a diferença de um grupo? Vários países vivem essa problemática, inclusive o Brasil com o direito dos indígenas. O que é preciso fazer para equilibrar os grupos e reconhecê-los do ponto de vista político? Não é uma situação simples, pois os grupos de interesse estão sempre em conflito. A respeito da relação entre demanda separatista e reconhecimento de identidade, ainda que a primeira não seja o objetivo principal no Quebec, ela é usada como uma arma política para reforçar essa ideia de reconhecimento. Isso significa que mesmo sabendo que não vão obter a soberania é uma maneira de chamar a atenção para esta província. De fato, o nacionalismo vai se construir por esse binômio separatismo-reconhecimento, as fronteiras quebequenses estão em oposição ao Canadá inglês. Esses movimentos ganham força principalmente nos momentos em que as elites políticas estão enfraquecidas. Assim, elas vão acionar discursos que inflamam as massas como “nós Quebec contra o resto do Canadá” e “viva o Quebec livre”. É preciso situar que, muitas vezes, se faz um uso político desses discursos essencialmente em épocas de referendos, etc. Esse fato ocorre no mundo todo e em vários níveis: o uso político desses discursos nacionalistas (muitas vezes xenófobos), ocorre principalmente quando as elites estão desgastadas.

CONCLUSÃO

Realmente é preciso separar? Seria a soberania ou a independência de um povo a melhor opção para sua população? Estaria determinado povo preparado para se tornar uma nação? Como ficariam a moeda, as forças armadas e uma série de outros aspectos? Possivelmente esse seja um caminho em casos mais extremos, mas a falta de diálogo nos deixa sem respostas. Essa ausência de conversação torna difícil uma perspectiva de conciliação nacional. O exemplo do Quebec escolhido nessa monografia reitera a importância do debate, desde que este envolva uma compreensão mútua dos reais interesses em questão. Ao mesmo tempo, torna outras discussões possíveis.

Quando se pensa em movimentos separatistas e na criação de novos Estados, muitas vezes a literatura se direciona para países frágeis que apresentam questões econômicas mais sensíveis, geralmente conceituados como “Estados Falidos”. O Quebec é totalmente oposto, dentro de um contexto muito rico, desenvolvido e pacífico e essas diferenças conotam a peculiaridade do paradigma quebequense. Elas renovam igualmente a importância da cooperação internacional descentralizada, afinal as províncias canadenses têm atuado solidamente em projetos de cooperação. De fato, a paradiplomacia do Quebec é importante e influencia o sistema político na medida em que mostra o nível de independência e de autonomia que a província possui para construir sua própria política externa, desvinculada do resto do Canadá, sem deixar de estar alinhado aos interesses canadenses. Paralelamente, a questão da identidade reforça a ideia para a qual o conceito de Estado pode ser visto como imaginário e conseqüentemente poderia ser reinventado. Trata-se de uma questão que permanece atual: pensar estados não apenas nacionais, mas plurinacionais ou multinacionais.

Como foi retratado, principalmente após o fim da Guerra Fria, a abordagem estatocêntrica das Relações Internacionais foi contestada com o advento de novos agentes não estatais ou não centrais. Nessa nova ordem que rege a comunidade internacional, a relação entre as noções de povo e nação é complexa, pois as demandas separatistas esbarram muitas vezes em um sistema internacional engessado por causa do poder de veto dos membros permanentes nos assuntos a serem discutidos no Conselho de Segurança e da falta de critérios em alguns casos.

Talvez um caminho seja investir em uma política para a juventude no âmbito das Relações Internacionais, rompendo aos poucos com os paradigmas antigos que constroem

as novas demandas separatistas da contemporaneidade, pois a política mundial do jeito que é feita hoje, deslocando membros da diplomacia para conversar com chefes de Estados só apresenta resultados quando envolve estados que dispõem de força, autoridade, poder e influência sobre outros no jogo internacional. Contudo, por se tratar de uma ótica realista e estatocêntrica, esses resultados são pontuais e muito superficiais, não acabam com a tensão. Podemos ambicionar uma política mais sustentável, que aprofunde de maneira mais transparente as relações, que vá além desse jogo de conversa entre líderes de Estados e que intensifique a cooperação com a juventude. Essa necessidade de mudanças estruturais na política mundial se dá pelo fato do mundo ter mudado, mas a estrutura de poder não ter acompanhado essas transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELL, Norman. *A Grande Ilusão*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BUENO, da Silva Ironildes. *Paradiplomacia contemporânea: trajetória e tendências da atuação internacional dos Governos Estaduais do Brasil e dos Estados Unidos da América*. 2011.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Dois pequenos ensaios sobre cultura, política e demandas de reconhecimento no Quebec*. Brasília, 1999.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Democracia, Hierarquia e Cultura no Quebec*. Brasília, 1997.
- CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise: 1919 - 1939*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- CASTRO, Marcus Faro de Castro. *De Westfália a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em Transição*. Brasília, 2001.
- DAVID, Charles-Philippe. *Estratégia e segurança no limiar do século XXI*. In: *A guerra e a paz: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, pp. 19-44.
- DESSOTTI, Fabiana Rita. *Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local*. Cinquième colloque de L'IFBAE – Grenoble, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *O mundo em pedaços: Cultura e política no fim do século*. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 191-228.
- HOWARD, Martin. *Languages issues in Canada: Multidisciplinary Perspectives*. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle, UK, 2007. Disponível em: <http://www.c-s-p.org/flyers/9781847182036-sample.pdf>, acesso em: 01/06/2013.
- NYE JR, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. *Relações internacionais federativas no Brasil*. Dados [online]. 2008, vol.51, n.4, pp. 1015-1034. ISSN 0011-5258.

RUY C. LEANDRO DE SOUZA. *Soberania e autodeterminação dos povos na agenda do Movimento dos Países não alinhados*, 2007.

SANTANA, João L. Ijino. *O papel da paradiplomacia nas Relações Internacionais: A ascensão das unidades subnacionais num contexto mundial globalizado*. 2009. 63 f. Monografia: Relações Internacionais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2009.

WEBER, Max. *Os tipos de dominação*. In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1, editora UNB, Brasília, 1991, p. 139-198.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Assembleia Nacional do Quebec. Disponível em: <http://www.assnat.qc.ca/fr/index.html>. Acesso em: 07/05/2013.

Biblioteca e Arquivos Canadá – A Confederação canadense, disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/confederation/index-f.html>. Acesso em 01/06/2013.

BBC: Rússia reconhece independência da Ossétia do Sul e Abecásia (26/08/2008). Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080826_medvedevindependencia_pu.shtml. Acesso em: 24/05/2013.

Carta da Língua Francesa (Charte de la Langue Française). Disponível em: http://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=2&file=/C_11/C11.html. Acesso em: 07/05/2013.

Central Intelligence Agency – The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>. Acesso em: 02/07/2013.

Comissão da Toponímia do Quebec. Disponível em: <http://www.toponymie.gouv.qc.ca/ct/accueil.aspx>. Acesso em: 07/05/2013.

Conselho Superior da Língua Francesa do Quebec. Disponível em: <http://www.cslf.gouv.qc.ca/>. Acesso em: 07/05/2013.

Escritório de Imigração do Quebec em São Paulo. Disponível em: <http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/placeauquebec/pt/index.php>. Acesso em: 07/05/2013.

Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil. Endereço: SHIS QI 09 - CJ 16, casa 23, Lago Sul - CEP: 71.625-160, Brasília / DF. Disponível em: <http://www.taiwanembassy.org/br/mp.asp?mp=347>. Acesso em: 28/05/2013.

Estatística Canadá (site do governo canadense) – Censo de 2006: O retrato linguístico em evolução no Quebec, disponível em: <http://www12.statcan.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-555/p11-fra.cfm>. Acesso em: 01/06/2013.

Fórum Social Mundial, disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em: 24/05/2013.

Fund for Peace: Index dos Estados falidos, 2012. Disponível em: <http://www.fundforpeace.org/global/library/cfsir1210-failedstatesindex2012-06p.pdf>. Acesso em :07/05/2013.

Governo do Canadá, disponível em: http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/organization-organisation.aspx?lang=por. Acesso em: 01/06/2013.

Governo do Quebec, Portal do Quebec, Marcos Históricos, disponível em: <http://www.gouv.qc.ca/portail/quebec/pgs/commun/portrait/jalonshistoire/?lang=fr>. Acesso em: 01/06/2013.

Governo do Quebec, Retrato do Quebec (*Portrait du Quebec*). Disponível em: <http://www.gouv.qc.ca/portail/quebec/pgs/commun/portrait/?lang=fr>. Acesso em: 07/05/2013.

História do Quebec. Disponível em: <http://www.cyberjean.com/quebec/histoire.php>. Acesso em: 01/06/2013.

Le Monde Diplomatique: A Marcha da Multipolaridade, Alain Gresh. 04/11/2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=416>. Acesso em: 07/05/2013.

Le Québec chiffres em main, edição 2013 (*Quebec Handy Numbers*, 2013), Instituto de Estatísticas do Quebec. Disponível em: http://www.stat.gouv.qc.ca/publications/referenc/pdf2013/qcm2013_fr.pdf. Acesso em: 07/05/2013.

Le référendum du 30 octobre 1995: une analyse des résultats. Pierre Drouilli, Universidade do Quebec em Montreal. Disponível em: http://www.pum.umontreal.ca/apqc/95_96/drouilly/drouilly.htm. Acesso em: 07/05/2013.

Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>. Acesso em 01/06/2013.

Lista dos Ministérios do Quebec. Disponível em: <http://www.premier.gouv.qc.ca/gouvernement/ministeres-organismes.asp>. Acesso em: 07/05/2013.

Ministério do Conselho Executivo do Quebec. Disponível em: <http://www.mce.gouv.qc.ca/index.htm>. Acesso em: 07/05/2013.

Ofício Quebequense da Língua Francesa. Disponível em: <http://www.oqlf.gouv.qc.ca/>. Acesso em: 07/05/2013.

Positions du Québec dans les domaines constitutionnel et intergouvernemental de 1936 à mars 2001 (Posições do Quebec nos áreas constitucional e intergovernamental de 1936 a março de 2001), Governo do Quebec, 2005. Disponível em: <http://collections.banq.qc.ca/ark:/52327/bs44468>. Acesso em: 07/05/2013.

Quadro do uso de idioma oficial pelos imigrantes alófonos no Quebec em 1971, 1991, 2001 e 2006, Estatística Canadá (site do governo canadense), disponível em: <http://www12.statcan.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-555/table/t14-fra.cfm>. Acesso em: 01/06/2013.

Rede Mundial de Cidades, Governos Locais e Regionais (UCLG), disponível em: <http://www.uclg.org/en>,. Acesso em: 24/05/2013.

Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/index.shtml>. Acesso em: 07/05/2013.

Revista de História: Ensaio geral do fim, A crise dos mísseis soviéticos em Cuba foi o momento mais perigoso da Guerra Fria. Carlos Federico Dominguez Ávila (01/05/2012), disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/ensaio-geral-do-fim>. Acesso em: 24/05/2013.

Secretaria do Conselho do Tesouro do Quebec. Disponível em: <http://www.tresor.gouv.qc.ca/>. Acesso em: 07/05/2013.

Tenente-Governador do Quebec. Disponível em: <http://www.lieutenant-gouverneur.qc.ca/index.html>. Acesso em: 07/05/2013.

United Nations Office at Geneva – UNOG (Ofício das Nações Unidas em Genebra), UNOG Library – Registry Records Archives Unit: Intellectual Cooperation and International Bureaux Section 1919 – 1946 (Sub Fonds), disponível em: <http://biblio-archive.unog.ch/detail.aspx?ID=408>. Acesso em: 24/05/2013.